

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Visando responder satisfatoriamente às demandas sociais e às exigências da contemporaneidade, o Governo do Estado vem se empenhando na modernização da máquina administrativa, mediante a implementação de um modelo de gestão capaz de responder efetivamente aos objetivos estratégicos do desenvolvimento baiano.

Com efeito, encontra-se em curso um processo de transformação que abrange desde o planejamento até a execução e avaliação de políticas públicas, tendo como característica principal o empenho em conferir à ação governamental transparência, agilidade, qualidade e economia. As novas práticas gerenciais que se vêm incorporando ao serviço público lastreiam-se, principalmente, na profissionalização dos recursos humanos e no uso intensivo da tecnologia da informação.

Em 2005, importantes avanços alavancaram essa mudança, cabendo ressaltar a desburocratização de procedimentos licitatórios, através de nova Lei de Licitações, e o aprimoramento do portal de compras de bens e serviços, o Comprasnet, contemplado com o I Prêmio Nacional de Desburocratização Hélio Beltrão. Outros aportes significativos fomentaram a base de dados dos sistemas corporativos e a rede de comunicações de alta velocidade, assim como o programa de qualificação das obras públicas. Especialmente significativas foram as ações desenvolvidas junto aos municípios, para o fortalecimento da gestão descentralizada dos serviços de educação, saúde, assistência social e turismo.

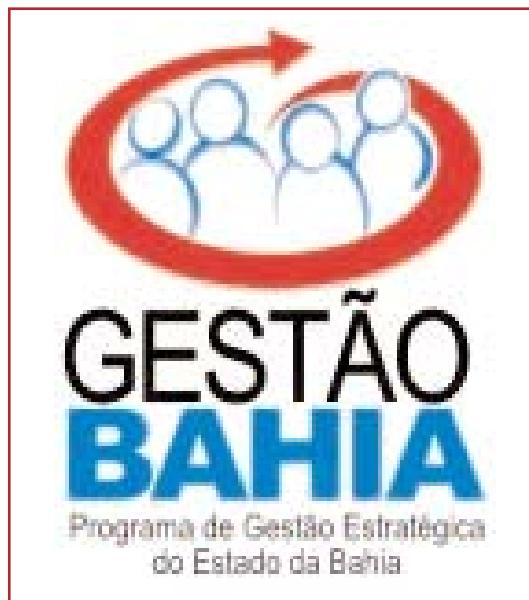
Na esfera dos recursos humanos, a profissionalização dos servidores, com foco na competência,

fez-se acompanhar da expansão do quadro, através da abertura de concurso para preenchimento de 7.488 vagas e a incorporação de 2.518 habilitados em concursos anteriores.

Cumpre salientar que a maturação do processo de modernização vem se dando em parceria com organizações civis e iniciativa privada, inclusive mediante a publicização de unidades administrativas. Coroando essa abertura à participação da sociedade nos rumos do Governo, este ano inaugurou-se, junto aos agentes locais de cinco regiões e 71 municípios, o debate sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Com base no saldo dos fóruns de discussão, serão criados três conselhos até março de 2006.

GESTÃO BAHIA

Desenvolver uma administração pública moderna, fazendo com que ela realize a sua função social, tem sido uma preocupação do Governo do Estado. Dessa maneira, a prioridade é construir um modelo de gestão para os diversos órgãos públicos que tenha como foco os seguintes objetivos: melhorar a qualidade de prestação de serviços à sociedade; aprimorar o controle social, dando transparência aos atos da administração pública; buscar a eficácia e efetividade dos serviços, ou seja, fazer mais ao menor custo possível, além de satisfazer as necessidades da sociedade com permanência dos resultados. Tudo isso com uma política de valorização do servidor público, criando um círculo virtuoso que impulsionará os órgãos e entidades no sentido de um processo de melhoria contínua da sua gestão e dos seus resultados.



Através desta perspectiva, destacam-se as novas práticas gerenciais, inspiradas em iniciativas já exitosas em organizações públicas e privadas, e que vêm instrumentalizando órgãos e entidades estaduais através do Gestão Bahia.

A proposta do Gestão Bahia é promover um salto de qualidade na modernização da gestão dos órgãos e entidades da administração pública estadual, através do aporte de uma metodologia de gestão estratégica, orientada para o alcance de metas e resultados, e com o foco na excelência do atendimento ao cliente-cidadão.

Cabe ressaltar, no programa, o enfoque inovador e de fomento à mudança na cultura organizacional dos diversos órgãos e entidades. O Gestão Bahia vem disponibilizando e instrumentalizando os órgãos e entidades com uma ferramenta de planejamento estratégico institucional e uma sistemática de acompanhamento e avaliação da capacidade de gestão, ao tempo em que alinha as metas globais e as ações estratégicas com o Plano Plurianual – PPA e o orçamento do Estado.

Desde a sua concepção, a metodologia do Gestão Bahia foi implementada em nove unidades: Secretaria da Administração – SAEB, Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder, Centro de Recursos Ambientais – CRA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA, Empresa Baiana de Alimentos S.A. – Ebal, Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH e Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA – PROAGE

Na busca de um melhor desempenho do setor público e visando contribuir com a sua função social, o Governo do Estado concebeu o Programa de Modernização da Gestão Pública do Estado da Bahia – Proage, o qual é desenvolvido pela SAEB, em parceria com a SEPLAN, e contará com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

O Proage foi construído a partir do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage, articulado nacionalmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está voltado para a execução de projetos estaduais de modernização do ciclo de gestão, desde o processo de planejamento e orçamento até a implementação e avaliação das políticas públicas.

Cabe destacar que o ano de 2005 foi marcado pela continuidade na preparação das etapas para a

execução do programa, e a projeção é que esta execução se dará a partir do primeiro trimestre do exercício de 2006. É importante salientar que este é um programa estratégico, tendo em vista as suas áreas de atuação: Planejamento e Gestão de Políticas Públicas; Políticas e Gestão de Recursos Humanos; Estrutura Organizacional e Processos Administrativos; Transparência Administrativa e Comunicação; Gestão da Informação e Sistemas de Tecnologia da Informação; e a Promoção e Implantação de Mudanças Institucionais.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA FROTA

Desde o segundo semestre de 2004, o Governo do Estado vem trabalhando em busca de um novo sistema de controle para o abastecimento da frota de veículos oficiais que represente uma solução econômica e ágil para a administração pública estadual, que resultou na aquisição de uma inovadora ferramenta de gestão para o controle informatizado do abastecimento da frota.

O sistema funciona a partir da instalação de um dispositivo na entrada do tanque de combustível do

veículo e no bico da bomba de abastecimento que, no momento de abastecer, conectam-se e transferem os dados armazenados no veículo para a unidade computadorizada do posto. Desse modo, os coordenadores e gestores de frotas têm acesso aos dados que identificam o veículo e o motorista, assim como ao registro de quilometragem do odômetro, tipo e valor do combustível colocado, local, data, e hora do abastecimento, além da média do consumo, sendo tudo transmitido eletronicamente em menos de três minutos e sem a intervenção humana.

Em março de 2005, todos os veículos da frota estadual que servem aos municípios da Região Metropolitana do Salvador, Alagoinhas, Santo Amaro e Feira de Santana já contavam com o dispositivo para o gerenciamento da frota.

A economia obtida em 2005, comparada à do exercício anterior, foi de 20%, deixando de serem consumidos cerca de 1,4 milhão de litros de combustível. A Tabela I mostra o comparativo em litros entre os anos de 2003 e 2005.

O Gráfico I demonstra o comportamento do consumo dos combustíveis com a nova sistemática.

Tabela 1

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

BAHIA, 2003–2005

(Em 1.000 Litros)

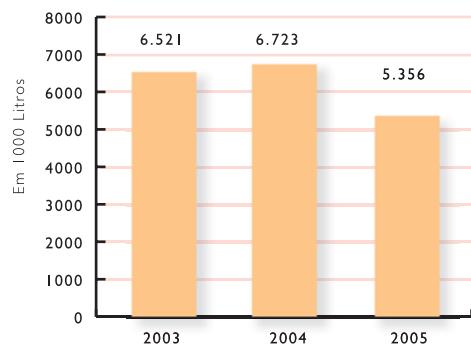
COMBUSTÍVEL	2003	2004	2005	VARIAÇÃO (%)	
				2003–2005	2004–2005
Álcool	18	21	384	2.033	1.729
Diesel	1.082	1.456	1.037	-4	-29
Gasolina	5.421	5.246	3.935	-27	-25
TOTAL	6.521	6.723	5.356	-18	-20

Fonte: SAEB

Obs.: Corresponde ao período de março a dezembro

Gráfico 1

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
BAHIA, 2003-2005



Fonte: SAEB

Obs.: Dados coletados no período de março a dezembro

Além do sistema, outro fator determinante para a obtenção da economia foi a maior utilização de veículos bicompostíveis. O gasto total com combustíveis, que em 2004 foi de R\$ 14,3 milhões, passou para R\$ 11,6 milhões em 2005, uma diferença de R\$ 2,7 milhões. A redução de 19% foi obtida, mesmo com incrementos nos preços dos combustíveis, conforme demonstra a Tabela 2.

Ascom - SAEB



Abastecimento de Frotas

A SAEB já está estudando um sistema de gestão de frotas que integre o abastecimento, com a manutenção e o acompanhamento do desempenho dos motoristas. Com tal medida, pretende-se racionalizar os controles internos, em especial quanto a consumo de combustíveis e rotas percorridas, eliminar perdas e extravios de comprovantes de abastecimentos, além de acompanhar o desempenho de veículos e motoristas. Já está sendo verificada, também, a proposta de se estender o sistema de controle de combustíveis para o restante da frota do Estado.

Tabela 2

GASTOS COM COMBUSTÍVEL
BAHIA, 2003-2005

(R\$ 1.000,00)

COMBUSTÍVEL	2003	2004	2005	VARIAÇÃO (%)	
				2003-2005	2004-2005
Álcool	30	34	633	2.010	1.762
Diesel	1.831	2.401	1.789	-2	-25
Gasolina	12.535	11.908	9.192	-27	-23
TOTAL	14.396	14.343	11.614	-19	-19

Fonte: SAEB

Obs.: Dados coletados no período de março a dezembro

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos do Estado da Bahia (Lei nº 9433/05), trouxe diversos avanços para o Estado. Primeiro Estado brasileiro a ter sua própria lei de licitações, a Bahia, mais uma vez, saiu na frente, inovando os processos de compras governamentais, ao ajustar a legislação ao processo de desenvolvimento econômico e social do Estado, com o fim de desburocratizar o procedimento licitatório.

A Lei Estadual é inédita em diversos aspectos, tais como: inverteu as fases do procedimento licitatório; disciplinou situações não contempladas no estatuto federal; instituiu procedimento para apuração de faltas administrativas praticadas por licitantes, bem como as penas a serem aplicadas em cada caso concreto, não previstas na lei federal; inibiu o favoritismo no pagamento das obrigações assumidas pelo Poder Público no âmbito estadual; instituiu a desconsideração da personalidade jurídica, na medida em que impede a participação nas licitações e a contratação de empresas constituídas para burlar a aplicação da pena de suspensão; previu a possibilidade do saneamento de falhas na apresentação de documentos pelos licitantes, ampliando, sobremaneira, o universo dos licitantes.

No que se refere aos convênios, a Lei Estadual inovou, na medida em que impôs a criação de um órgão central, bem como de órgãos setoriais encarregados

do controle, acompanhamento e fiscalização financeira dos convênios e contratos.

Face aos avanços apresentados, a lei baiana passou a ser referência na proposta a ser encaminhada pelos Estados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que sejam feitas alterações na Lei 8.666/ 93. No mês de novembro de 2005, a Bahia organizou o Encontro de Discussão do Grupo de Trabalho, Compras, Licitações e Contratos do Conselho Nacional de Secretários de Administração – Consad, com a presença de representantes de secretarias estaduais da Administração para discussão das propostas.

Com a vigência da nova Lei de Licitações, o Governo do Estado, através da SAEB, promoveu a "I Semana de Licitações e Contratos do Estado da Bahia", com o intuito de explanar para todos os interessados, servidores públicos, pregoeiros, empresas, procuradores do Estado, dentre outros, as mudanças introduzidas pela Lei Estadual. O Quadro I apresenta as principais inovações da Lei 9.433.

A nova Lei de Licitações do Estado está sendo um instrumento de desburocratização do processo licitatório, conferindo mais transparência e celeridade às compras governamentais. Com o intuito de divulgar a nova lei, vêm sendo maciçamente oferecidos cursos para os servidores. Em 2005, participaram 1.441 servidores, e até 2006, mais 959 serão capacitados.

Quadro 1

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E BENEFÍCIOS TRAZIDOS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

BAHIA, 2005

INOVAÇÃO

Inversão das fases do procedimento, com a abertura das propostas de preços, julgamento e classificação, para em seguida, proceder a abertura dos envelopes de habilitação

BENEFÍCIO

Agilização do procedimento, evitando o desnecessário e moroso exame da documentação de todos os licitantes, além de evitar a interposição de recursos meramente protelatórios. Possibilita à administração aferir, de forma mais ampla, os preços praticados mercado, porquanto não se limitará à abertura dos preços dos no proponentes habilitados

continua

conclusão do Quadro I

INovação	BENEFÍCIO
Introdução do pregão como modalidade licitatória	Inovação da Lei, agregando mais uma modalidade no seu contexto, tornando-a mais completa e atualizada
Fase de saneamento de falhas, permitindo a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta	O saneamento de falhas possibilitou que os erros materiais irrelevantes passem a ser objeto de saneamento, gerando aproveitamento do maior número de propostas, e o aumento da competitividade no certame licitatório
Introdução e disciplinamento do credenciamento, como hipótese de inexigibilidade de licitação	Melhoria do atendimento das necessidades da administração através da contratação do maior número possível de prestadores de serviços
Criação do Órgão de Controle, Acompanhamento e Avaliação Financeira dos Contratos e Convênios	Controle e acompanhamento dos contratos e convênios Administrativos
Disciplinamento dos convênios	Disciplina o passo-a-passo para elaboração de convênios
Definição das sanções administrativas sem contemplar faltas disciplinares. Por não prever a possibilidade de cadastramento, não estende as sanções aos seus candidatos	Adequação técnica das sanções administrativas, estendendo as sanções, além dos licitantes e contratados, também aos candidatos a cadastramento
Desconsideração da personalidade jurídica nas hipóteses de fraude na criação de novas entidades empresariais	Fica impedida de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública, a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar, e que tenha objeto similar ao da empresa punida

Fonte: SAEB

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DESATIVADOS

Com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos públicos, o Governo do Estado intensificou e aprimorou a coleta dos bens desativados ou inservíveis. Para tanto, em 2005, a SAEB, além de disponibilizar o Almoxarifado Central para o recebi-

mento dos referidos bens, passou também a recolher os mesmos. No período de abril a dezembro de 2005, foram recolhidos 30.694 unidades na capital e no interior do Estado. Em 2005, foram realizados três leilões, com uma arrecadação total de R\$ 2,7 milhões, conforme Tabela 3.

COMPRASNET.BA

Ao longo dos últimos quatro anos, o Comprasnet.ba, Portal de Compras do Estado, desenvolvido e mantido pela SAEB, é largamente reconhecido como uma ferramenta de trabalho para a aquisição de bens de consumo e contratação de serviços na faixa de dispensa de licitação, que na Bahia é limitada a R\$ 5,6 mil.

Em 2005, o Comprasnet.ba venceu o I Prêmio Nacional de Desburocratização Eletrônica Hélio Beltrão, promovido pelo Sistema Federação das

Tabela 3

VALORES ARRECADADOS COM LEILÕES DE BENS BAHIA, 2003 – 2005

(R\$ 1.000,00)

LEILÃO	ARRECADAÇÃO
01/2005	1.352
02/2005	979
03/2005	393
TOTAL	2.724

Fonte: SAEB

Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Sistema Firjan) em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), na modalidade G2B (Governo para Empresas), categoria estadual. O prêmio foi criado para reconhecer iniciativas nos três níveis de governo que, através da Internet, contribuem para a redução da burocracia, facilitando o dia-a-dia de empresas e cidadãos.

O Comprasnet tem como diretriz proporcionar transparência no acompanhamento dos gastos públicos aliada à agilidade no processo de aquisição de bens de consumo e contratação de serviços. Para tanto, o portal funciona como um leilão reverso on-line, onde ganha quem dá o menor lance na venda de cada item cotado, trazendo como benefícios a redução dos custos operacionais e dos preços praticados no mercado.

De agosto de 2001 a dezembro de 2005, o Comprasnet.ba atingiu a marca de 31.506 cotações eletrônicas, significando uma economia acumulada da ordem de R\$ 11,5 milhões para os cofres públicos. Em comparação com os preços de referência do governo baiano, essa economia representa uma variação de 24% (Gráfico 2).

Essa redução se justifica pela ampliação do número de fornecedores participantes em cada processo de dispensa de licitação. Atualmente, o Comprasnet.ba conta com 6.339 fornecedores credenciados a participar das cotações de preços, sendo que para cada item cotado o portal tem garantido uma média de oito lances. O Gráfico 3 apresenta a evolução dos fornecedores credenciados em 2005.

Em 2005, foram registrados 2.184.368 acessos ao portal, sendo 1.950.965 à home page, 53.311 para consultas ao Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Registro Simplificado, 110.639 consultas a avisos de licitação e 69.453 consultas à Central de Cadastro, conforme demonstrado no Gráfico 4.

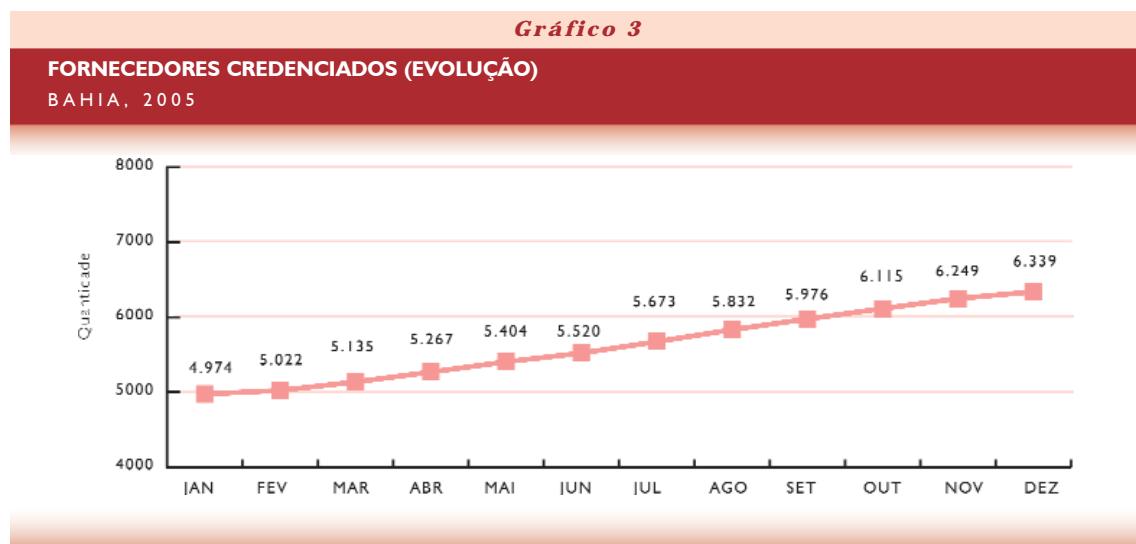
O avanço na utilização do Comprasnet.ba é resultado do esforço de capacitação dos servidores e fornecedores do Estado. A partir de 2005, o sistema conta, também, com uma nova ferramenta que gerencia os e-mails encaminhados pelos usuários, com vistas ao acompanhamento do tempo e qualidade de resposta da Administração.

PREGÃO

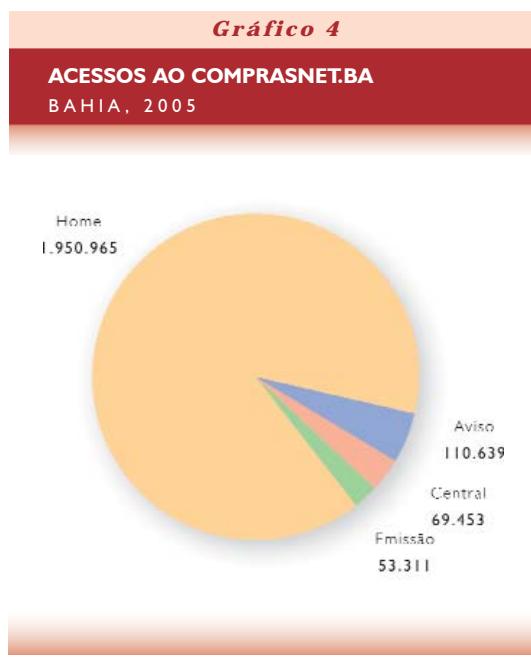
O pregão é a modalidade de licitação em que é possível aos fornecedores, reunidos em uma sala ou via internet, fazer lances, em um leilão de preços destinado a estabelecer a melhor oferta para bens e serviços comuns a serem adquiridos pela administração pública.

O procedimento trouxe como principal novidade a inversão das fases de propostas e habilitação, além de contemplar a possibilidade da sua realização em sessão pública, na presença dos licitantes (o chamado pregão presencial) ou on-line, através do recebimento de propostas e lances via internet (o chamado pregão eletrônico). Com isso, o processo licitatório ganhou mais transparência,





Fonte: SAEB



Fonte: SAEB

agilidade e economia, motivos da priorização e empenho que se tem dado à sua utilização.

Em 2005, a grande maioria dos órgãos da administração direta e indireta realizou pregões. Os números refletem o sucesso desta modalidade em todo o

Estado da Bahia: a economia chegou a R\$ 108 milhões, representando 25% do valor referencial. A Tabela 4 apresenta a economia alcançada.

Tabela 4

DESEMPENHO DO PREGÃO
BAHIA, 2005
(R\$1.000,00)

ÓRGÃO	ECONOMIA
SAEB	6.811
SECTI	4.106
BahiaGás	5.134
Embasa	10.719
Cerb	6.639
SJDH	1.572
SESAB	50.238
SEC	2.143
Outros	20.638
TOTAL	108.000

Fonte: SAEB

Para que isso fosse possível, no período 2004/2005, através da SAEB, foram capacitados 631 servidores para desempenhar a atividade de pregoeiros, dentre os quais 335 já foram designados.

BAHIA.GOV

O Governo da Bahia vem investindo, continuamente, no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação como forma de dar maior segurança, agilidade, confiabilidade e integridade às transmissões e trocas de informações interna e externamente à administração pública. A necessidade de tornar o ambiente governamental mais seguro e moderno tem sido uma das causas propulsoras na contínua busca por soluções corporativas e pela implantação de técnicas para racionalização e otimização de recursos, atrelados à redução de custos.

Dentro dessa premissa, em 2005, foram desenvolvidas as seguintes ações: Modelo Corporativo de Dados do Estado; Acesso Único aos Sistemas Corporativos do Estado; Implantação do Portal de Tecnologias de Informação e Comunicação; Integração e Compartilhamento de Aplicativos e Maior Segurança nos Dados.

Modelos de Dados Corporativos

O projeto, iniciado no exercício de 2004, consistirá em importante ferramenta gerencial, pois tem como

objetivo possibilitar que dados e informações de interesse do governo sejam tratados de forma corporativa, isto é, todos os sistemas corporativos estaduais serão armazenados em bases únicas e oficiais, mantidas por órgãos e entidades responsáveis pelas informações, garantindo disponibilidade, integridade e confiabilidade.

No exercício de 2005, foram concluídos os seguintes modelos conceituais de dados: Indicadores Econômicos; Municípios; Banco/Agência e Feriados.

Do ponto de vista legal, merece destaque a publicação do Decreto nº 9.619/05, que instituiu o Modelo de Dados Corporativos da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

Acesso Único aos Sistemas Corporativos do Estado

Visando à segurança da informação, a SAEB está desenvolvendo, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, o Sistema para Gestão de Acesso Integrado – Sigai, que deverá controlar o acesso a todos os Sistemas Corporativos do Estado. O desenvolvimento



de Sistemas Corporativos (Recursos Humanos, Compras, Orçamento, Contabilidade e Finanças, dentre outros) para o Estado contribui para a promoção de um governo mais eficiente, através da ampla utilização de ferramentas de tecnologia de comunicação e informação com segurança, tornando os serviços públicos mais ágeis e permitindo um maior acesso à informação, o que resultará em uma administração pública mais transparente.

Implantação do Portal de Tecnologia de Informações e Comunicação

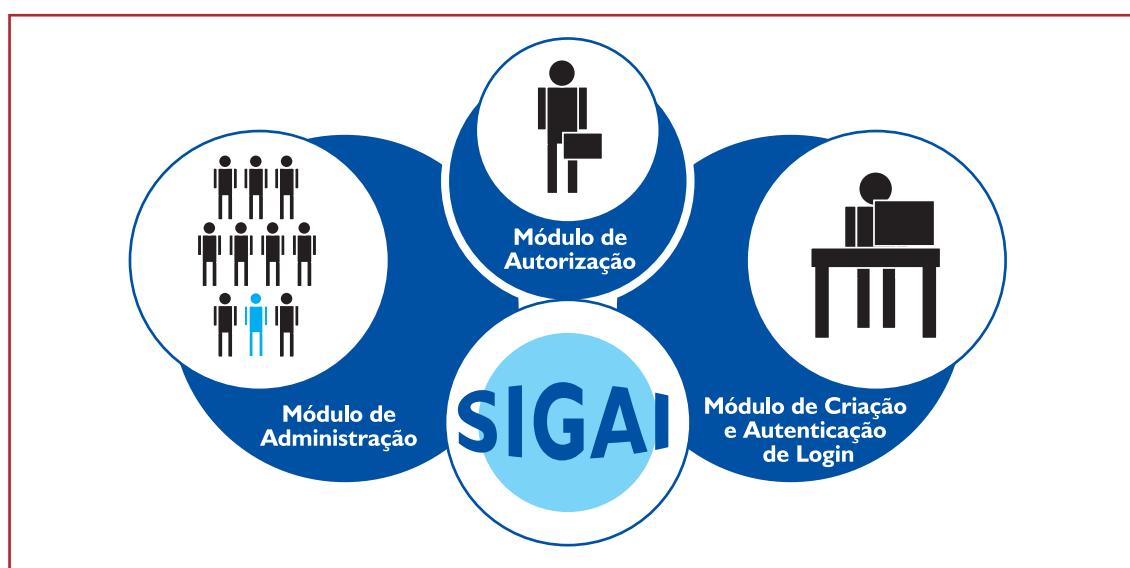
O Portal de Tecnologias de Informação do Governo do Estado é um espaço informativo e colaborativo para difusão, discussão e troca de informações e conhecimentos, experiências e idéias relacionadas às tecnologias de informação para a área governamental. Tem a finalidade de criar uma cultura de TI no Governo do Estado, uniformizando conceitos e definições, permitindo o conhecimento das políticas e diretrizes, tecnologias, soluções e sistemas de TI

utilizados no governo, modelos de gestão e das bases normativas e metodológicas aplicáveis, aproximando e integrando as diferentes entidades do governo no planejamento e execução das ações de TI.

Em 2005, o Portal de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC foi disponibilizado na Intranet da SAEB e no próximo ano será disponibilizado, via web, para todos os órgãos do Estado.

Integração e Compartilhamento de Aplicativos

Com vistas à integração e o compartilhamento de aplicativos comuns aos diversos órgãos da administração, o Governo do Estado disponibilizou, através da SAEB, em 2005, sistemas que proporcionaram maior agilidade e redução de custos nas tarefas burocráticas, a exemplo do CMO Atende, voltado para o atendimento setorial de problemas de informática e o Sistema de Solicitações de Materiais ao Almoxarifado – Solic, desenvolvido para requisição de material de consumo via web.





Data Center

Aníbal Bentes

DATA CENTER

Com investimentos da ordem de R\$ 20 milhões, foi inaugurado, em outubro de 2005, o Data Center da Prodeb, que conta com modernos recursos de hardware e software para processamento, transmissão e armazenamento de dados em larga escala. Trata-se de um moderno Centro de Informática a ser compartilhado por todos os órgãos estaduais.

O Data Center proporcionará a ampliação dos serviços informatizados prestados à população, melhorando ainda mais o atendimento ao cidadão, quer seja pessoalmente, por telefone ou via internet. Dispõe de uma equipe técnica especializada, infra-estrutura e equipamentos, que garantem o funcionamento contínuo, 24 horas, além de garantir segurança total das informações com uma Sala-Cofre, feita de material resistente a incêndios, inundações, impactos e violações.

A Sala-Cofre abriga os equipamentos storage e o back-up robotizado e é dotada de um sofisticado sistema de detecção precoce de incêndio. Assim,

Principais dados armazenados e processados pela Prodeb:

- *Sistema de Identificação Civil e Criminal, com mais de 14 milhões de registros civis e 400 mil prontuários com informações criminais*
- *Sistema de Gestão de Recursos Humanos, com informações da carreira profissional de 252 mil servidores públicos*
 - *Sistema de Gestão do Planserv, com registros de 462 mil beneficiários*
 - *Hospedagem dos 136 websites do Governo do Estado; e a*
 - *Impressão mensal de dois milhões de contas de água da Embasa*

equipamentos e mídias estão protegidos, mesmo em caso de um eventual sinistro. O Data Center é monitorado e gerenciado ininterruptamente por um núcleo de operações, através de monitores planos de 42 polegadas e seis estações de monitoramento e gerenciamento.

REDE GOVERNO

Em continuidade ao projeto Rede Governo, já é possível interligar as unidades dos órgãos públicos estaduais em todos os 417 municípios baianos, através de uma única rede de comunicação de dados de alta velocidade. O exercício de 2005 foi finalizado com 200 cidades interligadas, atingindo a marca de 1.450 Pontos-Clientes (PCs) ativos.

Iniciou-se, também, a elaboração do Termo de Referência para a Rede Governo II, com previsão

de implantação para 2006. Esta nova rede vai dispor de conexões mais velozes a custos menores, e contará com a utilização da tecnologia VoIP (Voz sobre Protocolo da Internet) nas comunicações entre os órgãos públicos localizados no Estado da Bahia. Isto significa que as chamadas telefônicas entre os órgãos do governo poderão ser feitas a custo zero, o que reduzirá, significativamente, o custeio das despesas de comunicação do governo estadual.

QUALIOP – PROGRAMA DE QUALIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS DA BAHIA

O Governo do Estado desenvolve atividades de qualificação das obras públicas através do Programa de Qualidade de Obras Públicas da Bahia – Qualiop, que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade e produtividade de projetos, obras e serviços de engenharia, consultoria de arquitetura e engenharia e atua em parceria com entidades que representam a cadeia produtiva da construção civil.

Dentre os objetivos do Qualiop citam-se:

- Otimizar a qualidade dos materiais, componentes, sistemas construtivos, projetos e obras nos empreendimentos do Governo do Estado;
- Implantar processos de qualificação, homologação e certificação de produtos e de empresas fornecedores de serviços, inclusive de mão-de-obra; e
- Qualificar, certificar e padronizar procedimentos de contratação, gerenciamento, fiscalização e recebimento de projetos e obras.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, através da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab, Secretaria Executiva do Programa Qualiop, tem a missão de operacionalizá-lo para o atendimento de seus objetivos. Através de várias frentes de trabalho, tais como Comitês Gerenciadores – Coger (Projetistas e Construtores), Comitês de Materiais e Serviços – Comat e Comserv, Comissões de Qualificação (CQQ – Projetistas, Consultores e Materiais) e o Grupo de Trabalho – GT Contratantes, tem avançado, alimentado inclusive por novas motivações, como as mencionadas a seguir:

- A nova Lei de Licitações estadual, que motivou a elaboração de um estudo de análise dos seus impactos sobre as práticas do Qualiop, especialmente em relação ao Edital Padrão;
- Os Acordos Setoriais, que dão sustentação ao Programa Qualiop, foram renovados por mais um ano pelo governador do Estado, passando a ter vigência até setembro/2006. Desse modo, só podem participar das licitações feitas pelo Estado as empresas que atenderem aos requisitos do programa;
- A Secretaria Executiva do Qualiop participou do 3º e 4º Encontros Nacionais de Programas de Qualidade, sendo o primeiro realizado na cidade de Fortaleza/CE, em abril, e o segundo realizado em Vitória/ES, em outubro; e
- O Estado da Bahia foi sede do 1º Encontro Nacional de Obras Públicas – ENOP, em julho/05. Este evento contou com a presença de representantes de contratantes, construtores, projetistas e fornecedores de 22 Estados. Também foi expressiva a participação de representantes do Governo Federal. O sucesso

deste evento motivou a realização do 2º Enop, a ser realizado em São Paulo, em março/06.

Os Programas Setoriais de Qualidade – PSQ, em andamento, são a base técnica para a qualificação de um expressivo número de empresas baianas e de todo Brasil, nos diversos setores e níveis evolutivos. É notória a participação, em todo o processo, de universidades, institutos de pesquisas, consultoria e organismos certificadores.

Em 2005, foram 397 processos de empresas qualificadas nos vários escopos do programa, e em cinco anos o Programa Qualiop tem em seu cadastro a quantidade de empresas qualificadas nos diversos níveis evolutivos por tipologia de obra (Tabela 5).

Um dos resultados alcançados pelo programa foi a realização de mais de 2.500 licitações com a exigência de atestados de qualificação como condição de habilitação. No início, apenas Sucab, Conder e Derba utilizavam tal procedimento e os demais contratantes (Sudic, Ipraj, Cerb, Embasa e Bahiagás), foram se incorporando ao longo do tempo.

RECURSOS HUMANOS

Promo RH

Pautado pelo princípio da eficiência e comprometido com práticas e procedimentos inovadores, o Estado da Bahia vem orientando-se, cada vez mais, para a busca de resultados, valorizando a profissionalização dos servidores e a qualidade na prestação dos serviços.

No ano de 2005, foi dada continuidade ao desenvolvimento do Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos do Estado – Promorh que, dentre outros objetivos, visa dotar a administração pública estadual de um modelo de desenvolvimento de pessoas com foco nas competências e adequar os recursos humanos do Estado às novas necessidades dos órgãos e entidades do governo.

Dentre as ações integrantes do Promorh estão aquelas relacionadas com o detalhamento de processos, que tem como objetivos a estruturação das novas atividades e rotinas; a identificação dos novos postos de trabalho e dos perfis profissionais

Tabela 5

QUALIOP – NÚMERO DE EMPRESAS QUALIFICADAS
BAHIA, 2005

NÍVEL EVOLUTIVO	EDIFICAÇÃO	URBANIZAÇÃO	OBRA RODOVIÁRIA	SANEAMENTO	PROJETO E CONSULTORIA	CONTRATANTE	PEDRA BATIDA	PRÉ-FABRICADO
D	275	98	292	241	14	2	0	2
C	60	34	35	48	25	2	10	0
B	95	28	20	27	50	1	0	0
A	104	21	45	23	0	0	0	0
TOTAL	534	181	392	339	89	5	10	2

necessários e a definição do quadro de pessoal e da infra-estrutura necessária para atender, de forma consistente e segura, os processos do novo modelo de gestão.

O detalhamento de processos é parte integrante da solução proposta pelo projeto de Redesenho de Macroprocessos de RH, realizado no ano de 2001, que visou apresentar soluções conjugadas de novos processos de trabalho para a área de recursos humanos do Estado, soluções de tecnologia da informação para sistematização do planejamento de RH integrado aos Planos de Governo, assim como

reduzir a excessiva burocracia na área de RH, privilegiando o controle sobre o quadro de pessoal e respectivos gastos.

O Quadro 2 demonstra as ações desenvolvidas pelo Promorh para a modernização da gestão de recursos humanos na administração pública estadual.

Concursos

Com o intuito de renovar o quadro de pessoal do Estado, para melhorar o atendimento ao cidadão, o Governo do Estado abriu inscrições, em 2005, para

Quadro 2		
AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS		
AÇÃO	OBJETIVO	PRAZO
Delimitação dos novos processos da área de RH	Aprimorar e inovar as técnicas gerenciais, das estruturas e processos de trabalho com a adoção mais intensiva da tecnologia de informação como estratégia de valorização do servidor público	Fevereiro de 2004 a dezembro de 2005
Adequação da legislação de pessoal ao novo modelo de RH	Identificar e promover a elaboração de novos instrumentos legais e normativos, bem como efetuar as modificações necessárias nos atuais instrumentos	Junho de 2005 a junho de 2006
Dimensionamento do quadro de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG	Desenvolver uma metodologia de dimensionamento do quadro de EPPGGs que venha possibilitar o cumprimento da missão da carreira, bem como, da missão institucional das unidades onde os integrantes exercem suas atividades	Novembro de 2004 a março de 2005
Dimensionamento do quadro da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP	Avaliar os aspectos quali/quantitativos do sistema organizacional e o dimensionamento da força de trabalho das áreas finalísticas, bem como verificar a otimização do desempenho das pessoas que trabalham na SECOMP	A 1ª etapa compreendeu o período de setembro de 2004 a março de 2005.
Estabelecimento de critérios para o dimensionamento do quadro de pessoal dos órgãos e entidades	Determinar a força de trabalho necessária para o sucesso futuro das ações de governo através de suas unidades administrativas; estabelecer as bases para um trabalho permanente de recrutamento, seleção e desenvolvimento de recursos humanos estratégicos; possibilitar ações planejadas para o re-suprimento de recursos humanos devido a aposentadorias, turnover, absenteísmo, dentre outros	Maio de 2005 a dezembro 2006

selecionar profissionais nas áreas de segurança pública, saúde e educação, perfazendo um total de 7.488 vagas disponíveis. A Tabela 6 detalha as vagas oferecidas nos editais.

Em 2005, foram incorporados ao quadro de pessoal 2.518 candidatos habilitados em concursos realizados em anos anteriores, conforme detalhado na Tabela 7.

SISTEMA DE TELEFONIA DO CAB

Foram implementadas, em 2005, soluções de telecomunicações para diversos órgãos instalados no CAB, com uso das facilidades já disponíveis no sistema. Foram realizadas cerca de 175 consultorias

a diversos órgãos, bem como o atendimento a mais de 9.200 solicitações, entre serviços e reparos na Planta de Telecomunicações do CAB e foram realizados estudos de tráfego telefônico, em parceria com Telemar Norte Leste S.A. (concessionária local em serviços de telecomunicações).

É importante destacar, ainda, a realização dos serviços para ampliação e atualização de software e hardware do sistema, o que proporcionará novas facilidades e uma economia da ordem de R\$ 486 mil por mês.

Em ação conjunta com o "Comitê Gestor de Telefonia", teve continuidade o trabalho voltado para a redução dos gastos com telefonia no Governo do Estado da Bahia, com a realização de diversas reuniões de trabalho, estudo e prospecção de novas facilidades.

Tabela 6

DEMONSTRATIVO DE VAGAS NOS CONCURSOS COM EDITAIS PUBLICADOS BAHIA, 2005

SECRETARIA	CARGO	VAGAS
Segurança Pública	Perito Criminalístico	100
	Perito Odonto-Legal	100
	Perito Médico-Legal	12
	Perito Técnico de Polícia	200
	Regulador Assistente Saúde	100
	Sanitarista	250
	Auditor em Saúde Pública	92
	Farmacêutico	129
	Psicólogo	37
	Fisioterapeuta	89
	Assistente Social	52
	Nutricionista	29
	Enfermeiro	423
	Técnico em Radiologia	62
	Técnico em Patologia Clínica	84
	Auxiliar em Enfermagem	456
	Técnico em Enfermagem	684
	Terapeuta Ocupacional	20
Educação	Professor	3.769
	Coordenador Pedagógico	800
TOTAL		7.488

Fonte: SAEB

Tabela 7**PROVIMENTO DE PESSOAL**

BAHIA, 2005

ÓRGÃO	CARGO	NOMEAÇÃO
PGE	Procurador do Estado	17
SAEB	Assistente Social	1
	Especialização em Gestão Governamental	35
SEC	Professor	207
SEFAZ	Auditor Fiscal	59
SSP	Agente de Polícia/Investigador	7
	Delegado de Polícia	8
	Escrivão de Polícia	1
	Perito Médico-Legal	1
SEMARH	Especialista em Fiscalização	1
PM	Aluno Oficial	139
	Aluno Soldado	1.450
CRA	Especialista em Fiscalização	1
Derba	Especialista em Obras Públicas	26
Desenbahia	Advogado	1
	Analista de Desenvolvimento	4
Egba	Cortador	1
	Encadernador	1
	Gravador	1
	Impressor	1
	Montador de Filme	1
	Operador de Microfilmagem	6
	Técnico em Informática	3
	Técnico de Nível Superior	1
	Técnico em Editoração Eletrônica	1
Sucab	Especialista em Obras Públicas	20
Uefs	Analista Universitário	18
	Auxiliar Administrativo	5
	Professor Adjunto	13
	Professor Assistente	12
	Professor Auxiliar	4
	Técnico Universitário	99
Uesb	Professor Adjunto	10
	Professor Assistente	29
	Professor Auxiliar	56
Uesc	Professor Adjunto	16
	Professor Assistente	30
	Professor Auxiliar	24
Uneb	Professor Adjunto	33
	Professor Assistente	55
	Professor Auxiliar	111
SRH	Especialista em Fiscalização	2
Adab	Especialista em Fiscalização	7
TOTAL		2.518

Fonte: SAEB

Com recursos aplicados da ordem de R\$ 1,5 milhão, as principais ações desenvolvidas na atual fase do projeto, todas de caráter continuado e com a finalidade de oferecer as condições para uma administração moderna e eficiente, foram as seguintes:

- Serviço de Operação Preventiva e Corretiva em Hardware e Software, para 9.350 portas do Sistema de Telecomunicações do CAB, registrando aumento de 5,6% (436 portas) em 2005. O Quadro 3 apresenta a posição de terminais e troncos ativados e vagos;
- Manutenção de Redes Telefônicas Internas para 8.569 acessos telefônicos, contratada pelo valor de R\$ 64 mil mensais, que aumentou no ano de 2005 em 4,4%, equivalendo a 376 acessos. O Quadro 4 apresenta o quantitativo de linhas, telefones, ramais e troncos ativados;
- A realização de estudos de tráfego, em parceria com a Telemar, para avaliação de desempenho e dimensionamento do Sistema de Telecomunicações do CAB;
- Realização do upgrade do Sistema de Telecomunicações do CAB, para Centrais Privadas de Comutação Telefônica IP (Internet Protocol) e a implantação do quinto dígito na planta de ramais; e a
- Elaboração de especificações técnicas para o edital de licitação, visando contratação de empresa especializada na prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC, na modalidade local, para todo Governo do Estado da Bahia.

Quadro 4	
MANUTENÇÃO EM REDES	
BAHIA, 2005	
Descrição	Ativados
Linha Direta	522
Linha de Dado – LPCD	205
Telefone de Uso Público – TUP	34
Ramal	7.029
Tronco	1.155

Fonte: SEINFRA

Quadro 3		
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS		
BAHIA, 2005		
Descrição	Terminais Ativados	Terminais Vagos
Terminal Analógico	5.432	744
Terminal Digital	1.597	219
Terminal p/ Mesas Operadoras	2	38
Tronco Analógico	225	187
Tronco Digital	930	–

Fonte: SEINFRA

Angeliuci Figueiredo



Recicla CAB

RECICLA CAB – PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO NO CAB

O Recicla CAB foi criado com o propósito de combater o desperdício de papel e papelão que são descartados diariamente no lixo recolhido no Centro Administrativo da Bahia – CAB, complexo da administração pública estadual onde se concentram 40 órgãos e instituições do Estado e quatro órgãos do Governo Federal, com cerca de 14 mil servidores.

No ano de 2005, foram recolhidos 263 toneladas de materiais recicláveis, sendo 99,5% de papéis e papelões, com uma média de 21,9 toneladas/mês. Esse quantitativo decorre das contribuições regulares das 57 unidades que participam da coleta seletiva de lixo, acrescidas das contribuições extras de diversas unidades.

Em função do sucesso como ação de proteção ao meio ambiente, o Recicla CAB foi expandido para áreas fora do perímetro do CAB – Base

Naval de Aratu (Recicla BNA), SACs (Recicla SAC) e do 1º Juizado de Defesa do Consumidor, nos Barris.

O programa já atende a cinco cooperativas, possibilitando o emprego de agentes de coletas (catadores) e gerando renda para as referidas unidades, pois toda a produção é doada para as seguintes cooperativas:

- Coopcida – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem;
- Acopamec – Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão;
- Camapet – Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plásticos e Educação Ambiental;
- Coperbrava – Cooperativa dos Recicladores da Unidade de Canabrava; e o
- Projeto Ação Reciclar.

A produção acumulada do programa, desde abril de 1999, é de 1.249 toneladas, proporcionando ganhos ambientais, econômicos e sociais, a exemplo de:

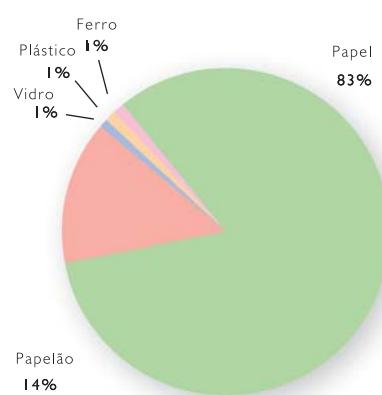
- Economizar 6.020 m³ de espaço no Aterro Metropolitano Centro;
- Evitar o corte de 26.380 árvores adultas;
- Evitar a extração de 3,9 toneladas de bauxita; e
- Economizar 2.320 litros de combustível.

A Tabela 8 e o Gráfico 5 retratam o desempenho do Recicla CAB no exercício de 2005.

Tabela 8
**TOTAL DE LIXO RECICLADO MENSALMENTE PELO RECICLA CAB
BAHIA, 2005**

MÊS/	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
QUANTIDADE	14	13	17	28	29	13	26	17	19	54	14	19	263
MÉDIA MENSAL													21,9

Fonte: SEDUR

Gráfico 5
**RECICLA CAB – DISTRIBUIÇÃO DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS COLETADOS POR TIPO
BAHIA, 2005**


Fonte: SEDUR/Sucab

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA

Descentralização da Educação

A municipalização da educação ao nível do ensino fundamental tem por objetivo não somente atender as prescrições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, mas, e principalmente, fortalecer a

gestão municipal para que assuma, satisfatoriamente, o gerenciamento de sua rede de ensino.

Neste sentido, o Governo da Bahia, com base na sua política educacional, vem desenvolvendo ações visando transferir para os municípios a sua rede física destinada às quatro primeiras séries do ensino fundamental, juntamente com o corpo docente e funcionários que atuam nestas escolas. Além disso, o Governo do Estado vem disponibilizando equipamentos, materiais didáticos e tecnológicos que são alocados nas unidades escolares citadas, associados à prestação de assistência técnica e pedagógica.

Até o ano de 2002, apenas 92 municípios haviam firmado convênios de municipalização de escolas com o Estado. Em 2004, esse número aumentou para 123 municípios conveniados, com um total de 208 escolas municipalizadas e 80.989 alunos transferidos. Em 2005, já foram efetivados 156 convênios, atingindo 373 municípios já municipalizados, o que equivale a 89,5% do total de municípios baianos. Em 2006, o processo de municipalização continuará sendo expandido.

Para o Estado da Bahia, que vem investindo em educação sempre acima da determinação legal, a descentralização da gestão não se limita à municipalização do ensino fundamental, uma vez que tem

implementado uma política interna de Autonomia da Escola, através de repasses de recursos financeiros, além do fortalecimento da capacidade local de planejamento e gerenciamento das unidades escolares, visando à promoção da melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados à população.

Descentralização da Saúde

A habilitação do Estado da Bahia na condição de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde ocorreu no ano de 2003 e, desde então, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB desencadeou um processo de mobilização institucional e intersetorial, visando atender as atribuições e responsabilidades institucionais atreladas a esta nova condição, uma vez que o Estado passou de prestador de serviço a co-gestor deste sistema.

Portanto, tem sido prioridades da SESAB: a elaboração e implantação dos instrumentos de gestão; o reordenamento de seu organograma e o fortalecimento da capacidade de gestão e gerenciamento dos serviços de saúde na esfera municipal de governo. Com isto, objetiva-se beneficiar os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que terá garantido o direito de acesso aos sistemas e serviços de saúde e a melhoria da qualidade e da resolutividade da atenção.

Quanto à capacidade de gestão municipal, todos os 417 municípios da Bahia são responsáveis pela Gestão da Atenção Básica, e destes, 27 encontram-se habilitados em Gestão Plena do Sistema, respondendo também pela gestão e gerenciamento da assistência de média e alta complexidade.

Em 2005, foi concluída a elaboração do Plano Diretor de Regionalização – PDR, tendo sido pactuado na Comissão Intergestora Bipartite – CIB

em 2003, dividindo o Estado em oito macrorregiões e 32 microrregiões de saúde, além de 125 módulos assistenciais, contribuindo para a consolidação do processo de descentralização.

A Programação Pactuada Integrada – PPI de média e alta complexidade vem se constituindo num importante instrumento para viabilizar a regionalização no Estado, tornando-se um marco no processo da distribuição do recurso federal do SUS para o financiamento desses níveis de atenção.

Descentralização da Assistência Social

Compreendendo um conjunto de ações de Assistência Social de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social vem articulando essas ações por meio das Comissões Intergestoras Bipartites – CIBs, compostas por representantes das esferas dos governos municipal e estadual.

Atualmente, fazem parte da CIB, os municípios de Alagoinhas, Jussara, Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jaguarari, Jequié, Santa Maria da Vitória, Itamaraju, Lauro de Freitas, São Félix do Coribe e Cruz das Almas. A Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS representa o Governo do Estado da Bahia na CIB, através da Superintendência de Assistência Social – SAS.

O ano de 2005 teve seu início focado na apresentação e discussão das versões preliminares da Norma Operacional Básica – NOB, que é o instrumento que explicita procedimentos e define estratégias e fluxos operacionais do processo

descentralizado e participativo da assistência social sendo, portanto, um documento regulador e normatizador da Política Nacional de Assistência Social.

Sob orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a CIB organizou uma série de encontros regionais, tendo como base a divisão do Estado da Bahia, de acordo com os Eixos de Desenvolvimento. A programação dos encontros era destinada à apresentação da NOB e do Sistema Único da Assistência Social – SUAS aos gestores municipais, a técnicos da área social, conselheiros representantes do governo e da sociedade civil organizada, com assento no Conselho Municipal da Assistência Social, e contaram com a presença de 599 participantes.

A partir de julho de 2005, a CIB orientou os municípios para habilitação, de acordo com as regras de transição da nova norma.

Encontram-se habilitados à Gestão da Política de Assistência Social no Estado da Bahia 372 municípios nos seguintes níveis: 58 na Gestão Inicial, 301 na Gestão Básica, 13 na Gestão Plena e 45 não habilitados.

Em consequência do número de municípios habilitados e em condições para a expansão dos serviços e programas federais de proteção social básica da assistência social, a Bahia foi o Estado que conseguiu o maior número de recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal e de Centros de Referência da Assistência Social – Cras, unidade que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Isso reflete o trabalho e empenho do Governo do Estado e dos municípios em implantar e consolidar o Sistema Único de Assistência Social na Bahia. Em

2005, foram implantados 101 novos Cras, beneficiando 71 municípios.

Descentralização da Gestão de Recursos Hídricos

A descentralização do gerenciamento de recursos hídricos visa agilizar os serviços relacionados ao pronto atendimento do público, no que se refere a ações preventivas, uso correto e auto-sustentável dos recursos naturais, facilitando os licenciamentos exigidos por lei e o exercício do poder de fiscalização, buscando sempre o apoio da comunidade para solução dos problemas relacionados ao uso desses recursos naturais.

Das dez Regiões Administrativas da água, nove possuem representações da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, sendo seis Casas de Recursos Naturais – CRNs, onde também existem representações do CRA e SFC; três escritórios regionais, além de um Posto Avançado da Regional de Eunápolis. Localizadas, estrategicamente, em sedes municipais, desempenham o papel de pólo de desenvolvimento regional do Estado. A partir delas, as equipes da SRH têm a competência para cadastrar os usuários da água, instruir e preparar processos de outorga, estimular a criação de organismos de bacias, promover educação ambiental, vistoriar outorgas concedidas, fiscalizar e monitorar o uso das águas e dirimir conflitos eventualmente existentes entre os usuários, podendo, inclusive, exercer o poder de polícia. A Tabela 9 relaciona as atividades realizadas em 2005 pelas CRNs.

Fortalecimento da Gestão Municipal de Interesse Turístico

Visando estimular as estruturas de governança regionais, a gestão compartilhada e a visão integrada

Tabela 9	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS CRNS BAHIA, 2005	
AÇÃO	QUANTIDADE
Cadastro de usuários	116
Vistoria	54
Resolução de conflito	14
Denúncia	32
Educação Ambiental	75
Mobilização de usuários	52
Curso	33
TOTAL	376

Fonte: SEMARH
Obs.: CRN – Casas de Recursos Naturais

do desenvolvimento do turismo, foram constituídos os Conselhos dos Pólos Turísticos e o Fórum Estadual de Turismo, após a primeira fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur I.

O Fórum Estadual de Turismo, constituído em 2003 pela Secretaria de Cultura e Turismo – SCT, tem como objetivo apoiar e coordenar o processo de descentralização do planejamento e da gestão da atividade turística, inserindo os municípios no processo de organização e integração do turismo baiano. O Fórum é subdividido em oito câmaras temáticas e composto por membros indicados e eleitos do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Comunidade Científica, Setor Privado e Terceiro Setor.

Como resultado da descentralização das ações preconizadas na Política Nacional de Turismo, foram apresentadas ao Fórum Estadual, neste ano de 2005, as seguintes propostas municipais:

- Regulamentação dos Condutores do Turismo no Estado da Bahia, com objetivo de disciplinar a

atividade dos prestadores de serviços turísticos;

- Projeto Museu Ecológico Frans Krajcberg de Nova Viçosa;
- XIII Fiptur Salvador – Festival Internacional de Publicidade do Turismo e Ecologia;
- Programa de Educação para o Turismo da Costa do Dendê;
- Projeto de Estruturação e Incremento do Turismo de Eventos na Costa do Descobrimento – Etapa Sensibilização e Capacitação;
- Projeto Angarys, objetivando criar novas oficinas de artesanato na comunidade do bairro de Angarys, em Juazeiro;
- Projeto de Revitalização das Manifestações Culturais da Baía de Todos os Santos; e
- Projeto Redescobrindo Porto Seguro.

Sob orientação da SCT, as Câmaras Temáticas (Regionalização, Legislação, Qualificação da Superestrutura, Segmentação, Qualificação Profissional, Promoção/Comercialização, Investimento/Financiamento e Qualificação da Infra-estrutura) vêm atuando com foco nos novos roteiros turísticos apresentados no Salão Brasileiro do Turismo, realizado em junho de 2005, sob a coordenação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Os Conselhos dos Pólos Turísticos – Salvador e Entorno, Litoral Sul, Chapada Diamantina e Descobrimento, constituídos em 2003, visam atuar como um foro de discussão e consenso sobre as estratégias e prioridades de desenvolvimento turístico dos Pólos, além de assegurar um processo transparente na tomada de decisão. Apóia e acompanha a execução das ações do Prodetur/NE II e divulga as ações do Conselho junto aos Conselhos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente.

Para discutir uma melhor atuação desses Conselhos e buscar um modelo institucional aliado a ações de capacitação dos conselheiros que estimule o seu funcionamento, foi formulada, apresentada e discutida uma proposta de operacionalização para os quatro pólos. Em função das especificidades das Zonas Turísticas que compõem cada um dos pólos, principalmente em relação ao estágio de desenvolvimento turístico, a proposta pretende que os Conselhos sejam reinstalados em cada uma das seis Zonas Turísticas Costeiras e nos três Circuitos da Chapada Diamantina, que integram a área de abrangência do Prodetur/NE II e que as mudanças propostas propiciem a mobilização e a co-responsabilidade das partes envolvidas no processo de desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

parcerias com órgãos públicos e entidades do terceiro setor. Foram qualificadas como organizações sociais: o Grupo de Apoio à Criança com Câncer – Gacc, o Centro Náutico da Bahia – Cenab e a Fundação José Silveira, sendo que esta última recebeu para a gestão o Hospital Santa Tereza, em Ribeira do Pombal.

Desde a sua concepção, um total de cinco unidades da administração pública estadual foram publicizadas. Além do Hospital Santa Tereza, estão sob a gestão de organizações sociais: o Instituto de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social da Região de Irecê – Promir, a Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb, a Biofábrica de Cacau e a Associação Tecnológica e Educacional de Camaçari – Atec.

PROMOÇÃO DE PARCERIAS

Organizações Sociais – OS

Considerado mais uma importante iniciativa para o alcance dos objetivos que conduzirão a uma administração pública mais moderna, o Programa Estadual de Organizações Sociais fomenta, em articulação com os órgãos e entidades do Estado, o estabelecimento de parcerias destinadas à implantação e ou gestão de serviços e atividades de interesse público atinentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e preservação do meio ambiente, bem como à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura, ao desporto e à agropecuária.

O ano de 2005 pode ser considerado um marco na consolidação e implementação do programa, haja vista a sua expansão, através da construção de novas

ONG Forte

O Projeto ONG Forte, desenvolvido pela Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais – SECOMP, tem como objetivo fortalecer as instituições sociais, através da capacitação em gestão, formulação de projetos e captação de recursos, buscando a sustentabilidade das suas ações, além de apoiar iniciativas produtivas e de desenvolvimento comunitário dessas instituições, por meio de aporte de recursos nos projetos voltados para a redução das situações geradoras de pobreza, de exclusão e de desigualdades sociais.

Em 2005, foram apoiados, pelo projeto ONG Forte, seis projetos socioprodutivos que beneficiaram direta e indiretamente 1.142 famílias carentes

São três as linhas de ação que compõem o projeto:

- Capacitação de gestores sociais, visando desenvolver habilidades necessárias ao melhor atendimento das demandas sociais, através de um novo modelo de gestão social, mais dinâmico, ágil, responsável e transparente;
- Monitoria social, possibilitando o acompanhamento qualificado das instituições por estudantes universitários e a interação entre elas e a comunidade acadêmica; e o
- Banco de Projetos, visando promover a auto-sustentação das instituições, através de apoio aos projetos socioprodutivos de combate

à pobreza e às desigualdades sociais por elas desenvolvidos.

Orientado pela lógica da Economia Solidária, o ONG Forte vem disseminando, através de palestras, fóruns e o desenvolvimento de oficinas, a atuação dos "monitores sociais" e o apoio aos projetos socioprodutivos. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento, não só econômico, mas também socialmente humano e ecologicamente sustentável.

Para o Banco de Projetos, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – Funcap destinou cerca de R\$ 1,6 milhão, beneficiando 3.014 famílias, cerca de 12.056 pessoas, conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10

ONG FORTE – BANCO DE PROJETOS/PROJETOS EM EXECUÇÃO

BAHIA, 2005

PROJETO	EXECUTOR	SEGMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	RECURSOS APLICADOS (R\$ 1.000,00)
Bordando o Futuro	Fundação Renato Machado	Bordado à mão	20	43
Construindo a Cidadania	O Bom Samaritano	Corte e costura	90	82
Abriendo Espaço para os Jardins	Irmã Dulce	Jardinagem, floricultura e hipodronia	100	242
Iluminar	Pena Dourada	Fabricação de embalagens e velas	30	23
Aprendendo a Fazer	Pastoral do Menor	Implantação de escola profissionalizante	569	234
Horta Orgânica/Reciclar	IRPA Juazeiro	Horta orgânica	40	107
Armazém das Artes	Artes pela Cidadania	Arte cênica	200	367
Terra Nossa Mãe	Pastoral da Criança	Horta orgânica/artesanato indígena	25	30
Semear/Criar	Dispensário Santana	Horta comunitária	710	53
Nova Fênix	Grupo Pró-Renais	Artesanato	360	203
Aprender a Fabricar	Nissa/Sto. Antônio de Jesus	Movelaria	60	49
Fabricando o Futuro	Obra Missionária Palavra Vida	Móveis e brinquedos	50	76
Padaria Comunitária	Povoado de Pinheiro	Panificação	30	48
Criar	Dispensário Santana	Produção e comercialização ovos	700	44
Horta Orgânica	IRPA Jaguarari	Horta orgânica	30	43
TOTAL			3.014	1.644

Fonte: SECOMP

Apoio Institucional às Atividades Culturais

Consolidando a estratégia de promoção e divulgação cultural através do fomento de atividades que divulguem a cultura do povo baiano, o Governo do Estado, mais uma vez, firmou, durante 2005, diversas parcerias com entidades civis, organizações não-governamentais e sem fins lucrativos, instituições seculares e representativas da cultura baiana. Essas entidades desempenham papel relevante e muito contribuem para a valorização, preservação, criação e divulgação das manifestações artísticas e culturais do Estado.

A Secretaria da Cultura e Turismo, através da Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funcub, Fundação Pedro Calmon – FPC e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac, foi a responsável pela consolidação dessas parcerias, também mencionadas no capítulo "Cultura, Esporte e Lazer", da estratégia "Bahia de Toda Gente: Ação Social e Cidadania" do volume I deste relatório.

Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Sintonizado com os novos conceitos de gestão e participação social, o Governo da Bahia instituiu, por meio da Lei 8.358/2002, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento como instâncias de interlocução entre as regiões e o Estado, objetivando institucionalizar um processo regional de planejamento contínuo e articulado ao planejamento do Estado.

O Projeto Nossa Região, realizado pela Secretaria do Planejamento – SEPLAN através da Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE e da Companhia de Desenvolvimento Regional – CAR, foi criado para implantar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e, para tanto, desenvolveu atividades voltadas para sensibilizar e mobilizar as instituições regionais, contribuindo na articulação de agentes públicos e privados, inaugurando, nas regiões, o debate sobre a formulação e a gestão de políticas regionais de desenvolvimento.

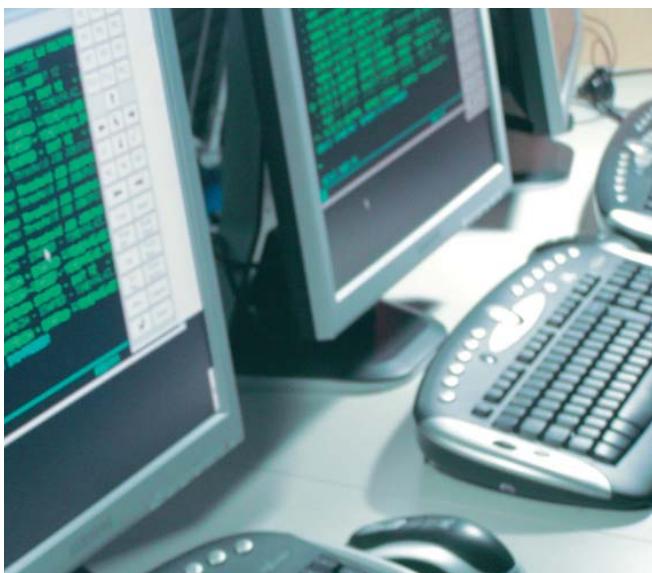
ENTIDADES CULTURAIS APOIADAS

- Academia de Letras da Bahia
- Associação Cultural Auguste Rodin – Rodin Bahia
- Balé Folclórico da Bahia
- Câmara Bahiana do Livro
- Casa das Filarmônicas
- Casa de Cultura Anísio Teixeira – Caetité
- Centro Brasileiro de Difusão do Livro
e da Leitura – Viva o Livro
- Companhia Jovem de Dança Gicá e Capoeira
Axé do Projeto Axé
- Forte da Capoeira
- Fundação Casa de Jorge Amado
- Fundação Hansen Bahia – Cachoeira
- Fundação Pierre Verger
- Grupo de Dança do Liceu de Artes e Ofícios
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- Museu Carlos Costa Pinto
- Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro – NICSA
- Oficina das Artes
- Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobradinhos
- Escola de Dança da Ufba
- Teatro Vila Velha
- Teatro XVIII

O Projeto nessa região cumpriu as suas metas para o ano de 2005, ao desencadear o processo da criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento em cinco regiões do Estado: Norte, Baixo Sul, Litoral Norte, Oeste e Extremo Sul, contando com a participação das prefeituras, câmaras de

vereadores e das organizações da sociedade (empresas, ONGs, sindicatos, entre outros), em 71 municípios do Estado. Foram envolvidas, aproximadamente, 600 pessoas entre representantes de entidades de âmbito municipal e regional, além de autoridades dos governos municipais.

Aníbal Bentes



Data Center – Prodeb

Ascom – SAEB



Data Center – Prodeb

Aníbal Bentes



Data Center – Prodeb

Ascom – SAEB



Abastecimento de frota – Controle